



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0407/15	DATA: 28/04/2015	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 17h23min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ MACHADO - Representante do Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, Elmo Vaz Bastos de Matos.
JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Superintendente de Operação e Contratos de Transmissão de Energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF.

SUMÁRIO

Debate sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Boa tarde aos Srs. Parlamentares, aos assessores, à imprensa e aos convidados presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Nós iremos convidar os palestrantes. Antes, porém, eu comunico aos nossos Parlamentares o recebimento do Ofício nº 123, de 2015, informando a impossibilidade de comparecimento do Sr. Antônio Varejão de Godoy, Presidente da CHESF, e indicando o Sr. João Henrique de Araújo Franklin Neto, Superintendente de Operação e Contratos de Transmissão, para representá-lo. Então, representando a CHESF, está presente o Dr. João Henrique, e eu o convido para fazer parte da Mesa, como convido também o Presidente da CODEVASF, o Sr. José Machado, a fim de que possamos iniciar os nossos trabalhos.

Ainda não há quórum para aprovarmos a ata da reunião anterior. Ficará para a próxima reunião ou para quando efetivamente houver quórum.

Comunico aos nossos convidados que terão um prazo de 20 minutos para a sua exposição. Os parlamentares farão suas interpelações.

Aguardamos o Relator, Deputado Rômulo Gouveia. Já contamos com a presença assídua do Deputado Adail Carneiro, que tem sido bastante participativo nas nossas audiências públicas. Ele defende não só o Ceará, mas também o Nordeste nesta Casa.

Agradecemos a todos os assessores aqui presentes.

Durante os contatos anteriores, Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais, nós tínhamos solicitado a presença de um representante do DNOCS. Mas o Diretor do DNOCS e o Secretário-Executivo do Ministro apontaram que não haveria tanta necessidade da presença de um representante do DNOCS, haja vista que um representante da CODEVASF já estaria presente.

Para nós otimizarmos os trabalhos, automaticamente, a chefia de gabinete do Secretário-Executivo do Ministério da Integração delegou-lhe a tarefa. Se houver alguma pergunta vinculada à área do DNOCS — é claro, dentro do conhecimento do



Presidente da CODEVASF, ele poderá responder. Caso contrário, encaminharemos um documento ao DNOCS com as informações necessárias.

Existe toda uma sinalização de que esse grande projeto será operacionalizado pela CODEVASF. É claro que nós observamos que ainda não existe um modelo pré-definido de como será feita essa gestão através da CODEVASF. Existem questionamentos de alguns Parlamentares sobre o gerenciamento das obras: se seria a CODEVASF, o DNOCS ou um comitê o responsável por isso.

O fato é que a Comissão vai buscar mais clareza do Governo para ter essa definição, para que os Estados e os Municípios possam saber a quem se reportar, dentro das suas estratégias de ação de integração das bacias. Isso está realmente sem clareza. Quando ouvimos os secretários estaduais e também representantes de órgãos ministeriais, sentimos uma desassociação.

Nós vamos ouvir o Ministério das Cidades; nós vamos ouvir a FUNASA, até para sabermos qual é a missão efetiva da CODEVASF. Ela vai coordenar somente o gerenciamento da transposição ou vai gerenciar tudo em relação à transposição? Por exemplo, como ficarão as questões ambientais, as questões relativas à revitalização, as questões relativas ao saneamento ou a questão relativa ao custo da obra? Qual será a missão da CODEVASF em relação a isso tudo? Então, é importante a participação da CODEVASF nesse sentido.

Alguns Parlamentares também solicitaram, quando de audiências anteriores, a presença de representante da CHESF, para sabermos, efetivamente, até que ponto a Companhia interfere na liberação da vazão de água e, em virtude também da matriz energética, o que será feito a partir dos pactos. Vão-se buscar alternativas de fonte energética, em termos de termelétrica, em termos de energia solar, em termos de energia eólica, para que nós possamos ter água?

Nós tivemos, na reunião passada, a presença do Prof. Francisco de Souza. Ele colocou a sua preocupação da necessidade de uma estratégia para combater esses riscos de estiagem, afirmando também que a transposição ameniza os problemas, mas isso não quer dizer que nós tenhamos que parar por aí. Existem diversas outras ações que precisam ser já oficializadas.



Quebrando o protocolo, eu pergunto ao Deputado Adail Carneiro se tem alguma indagação para fazer aos dois palestrantes, representantes da CODEVASF e da CHESF, para que, então, nós passemos a palavra para eles.

Concedo a palavra ao Deputado Adail Carneiro.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Deputado Raimundo Gomes de Matos, Coordenador desta Comissão; Sr. José Machado, representante da CODEVASF; Sr. João Henrique, representante da CHESF, temos acompanhado de perto, e, de vez em quando, chega a nós alguma novidade, por meio das notícias, quer seja nos *sites*, quer seja nos jornais...

O G1 de Alagoas publicou uma matéria, no dia 25 de abril, com o título: *Baixa na vazão do Velho Chico pode prejudicar 49 Municípios de Alagoas*. Diz o seguinte:

“A Operadora Nacional de Sistema Elétrico — ONS e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF discutem uma nova redução da vazão das águas do rio São Francisco que pode comprometer, de forma drástica, o abastecimento de água em 49 Municípios de Alagoas.

A intenção é reduzir de 1.100 para 900 metros cúbicos por segundo a vazão no afluente da Barragem de Sobradinho, que influencia diretamente na região do Baixo São Francisco.

O assunto será discutido em uma reunião na próxima terça-feira (...)”

Estamos aqui neste momento. Nós não temos, naturalmente, o conhecimento técnico que têm os senhores, mas nós temos a prerrogativa de convidar quem deverá vir para nos dar explicações e tirar, de fato, dúvidas que criamos ao longo do tempo.

Eu fui homem do campo até os 18 anos de idade. Naquela época, não se falava tanto de falta de água. Essa crise hídrica, que, anteriormente, só existia no Nordeste, em alguns Estados da Região Nordeste, hoje assola o Brasil inteiro, principalmente a Região Sudeste, que sempre teve abundância de água.



Portanto, eu quero dizer aos senhores que o nosso requerimento foi feito de maneira a antecipar o debate sobre o funcionamento e o gerenciamento da transposição da Bacia do São Francisco. Esse é o ponto um.

Ponto dois: mais importante do que o investimento e a construção de quase 750 quilômetros de canais é ter a certeza de como a transposição irá funcionar.

Ponto três: trata-se de uma gestão hídrica complexa, que implica forte controle sobre a vazão, com a disputa de um bem precioso como a água, envolvendo o setor público; no caso, empresas de abastecimento da água e setor produtivo privado da área da irrigação.

Ponto quatro: é fundamental que os Estados das bacias receptoras cumpram um conjunto de pré-requisitos, seja em obras de suporte para a capilarização da água, seja na cobrança de outorga da água.

Ponto cinco: os custos de manutenção deverão ser bastante elevados, principalmente quando se trata de energia para fazer o bombeamento para as estações elevatórias. É necessário investimento muito grande em mão de obra, como o serviço de fiscalização e vigilância, para que não haja desvio dessa água e ela chegue ao seu curso final, como foi projetado anteriormente, e para que não haja poluição e contaminação da água. Por fim, é preciso saber se o pessoal será bem qualificado para efetuar tais atividades técnicas de medição e controle das vazões e de articulação permanente entre a entidade operadora federal e as entidades operadoras estaduais.

Diante da nossa preocupação, eu quero deixar aqui a seguinte pergunta: qual o plano gerencial e operacional para o bom e concreto funcionamento dessa transposição? Essa é a pergunta sucinta, diante desses pontos levantados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O requerimento de V.Exa. foi aprovado por unanimidade na Comissão, e automaticamente a disponibilidade aqui dos diretores é justamente para que possamos abrir o diálogo.

Vamos deixar para o final, mas lembro que nós já temos toda a programação de visita da nossa Comissão a Pirapora. Através da articulação da nossa Secretária Mirna — e agradeço a ela o empenho —, viabilizou-se uma aeronave para irmos



direto a Pirapora, o que vai facilitar a ida do maior número de Parlamentares à nossa reunião lá em Minas Gerais.

Passo a palavra ao Dr. José Machado. *(Pausa.)*

Quero dizer que estamos procurando saber qual é o tipo de aeronave, até porque o Deputado Macedo está interessado em participar. *(Pausa.)* Então, agora que temos a aeronave, vamos ver o número de Parlamentares interessados em ir. A ideia é sairmos na sexta de manhã cedo. Nós nordestinos já somos acostumados a pegar o voo de 5 horas da manhã, então, não vai fazer diferença nenhuma, não é? Nós pegaremos o voo às 6 de manhã e às 15 horas retornaremos pelos voos que nós temos para Fortaleza, Rio Grande do Norte, Recife, João Pessoa e Salvador. Há voos a partir de 17h30min. Então ninguém vai perder o voo de retorno ao seu Estado nessa sexta-feira.

Com a palavra o Dr. Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO - Exmo. Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente desta Comissão Externa do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, que nós aqui denominamos de PISF, sigla à qual eu vou me referir recorrentemente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Sra. Deputada e os Srs. Deputados e dizer que eu aqui represento o Presidente Elmo Vaz, que, infelizmente, dado que o convite chegou ao gabinete dele na última sexta-feira, já tinha um compromisso e me designou para representá-lo.

Na empresa, eu assessoro o Presidente e fui designado por ele como ponto focal da empresa para cuidar dessa temática da gestão do projeto, pelo menos nesta etapa em que nós estamos.

Eu vou fazer uma breve apresentação da CODEVASF, bem sucinta. Depois, entrarei no mérito, no eixo principal que o Deputado Adail já colocou. Ele já colocou a indagação-chave deste nosso diálogo.

(Segue-se exibição de imagens.)

A CODEVASF é um órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, uma empresa pública de direito privado. Foi fundada em 1974. No entanto, como recebeu o legado da Comissão do Vale, tem uma história bem mais antiga. Mas ela foi efetivamente fundada em 1974.



Ela tem atuação numa região muito ampla, muito grande, territorialmente falando — são vários Estados —, e não só no Rio São Francisco, mas também nos Rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Sua área de atuação é de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, 13% do território nacional, incluindo 9 Estados e o Distrito Federal, 923 Municípios, abrangendo uma população de 26,7 milhões de habitantes. E ela atua em 48% do Semiárido: 395 Municípios, com 7,4 milhões de habitantes.

A empresa atua em infraestrutura hídrica, com vasta experiência em plantaçoão de perímetros irrigados, barragens, adutoras, sistemas de abastecimento de água, revitalização de bacias, em particular a Bacia do São Francisco, esgotamento sanitário, processos erosivos, resíduos sólidos, abastecimento de água e a própria hidrovia, que é um importante tema da Bacia do São Francisco.

Cuida, também, de Arranjos Produtivos Locais, incentivando o setor produtivo, ajudando o setor produtivo, e da universalização do acesso à água. O Programa Água para Todos tem um importante braço executivo na CODEVASF.

No período de 2011 a 2014, a empresa teve um desempenho financeiro da ordem 5,1 bilhões de reais. O seu quadro de pessoal está fixado em 1.864 empregados, locados na sede e em oito Superintendências: Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Distrito Federal.

Este eslaide serve apenas para comparar o PISF com outros projetos que a CODEVASF também executa, projetos que ela implantou e com os quais continua envolvida. É só para comparar as vazões, comparar a extensão, em quilômetros, para demonstrar que a CODEVASF tem *expertise*, tem capacidade técnica para realizar o trabalho do qual ela foi incumbida.

Agora, vamos entrar, Deputado Adail e Deputado Raimundo, no tema, propriamente dito, que nos traz aqui.

Apenas para rememorar a todos e para dar uma dimensão gráfica do projeto, são dois eixos com vários eixos associados, ramais; 27 reservatórios de passagem; 3 reservatórios estratégicos de passagem; 20 açudes estratégicos.

Deputado Raimundo, eu já faço um pequeno parêntese aqui para dizer o seguinte: esses açudes são do DNOCS. O DNOCS os implantou. Portanto, o DNOCS é um ator importante nesse projeto. Ele tem uma responsabilidade estratégica para alcançarmos os objetivos globais do projeto.



Nós começamos com essa questão da gestão, essa preocupação com a gestão e com uma visão integrada do projeto no dia 1º de setembro de 2005, quando a União assinou um termo de compromisso com os quatro Estados receptores. A União, através de quatro Ministros de Estado, e os Estados, com os seus respectivos Governadores, assinaram um termo de compromisso.

Esse termo de compromisso foi uma exigência da Agência Nacional de Águas — ANA, para que ela pudesse se debruçar sobre a concessão da outorga. A ANA queria saber, previamente, se haveria colaboração mútua entre a União e os Estados para executar a gestão. Se a ANA não tivesse certeza de que haveria esse compromisso mútuo, provavelmente, não teria dado a outorga. Mas esse termo de compromisso foi assinado, e foram assinados os compromissos mútuos. A União assumiu o compromisso de realizar as obras; de instituir um sistema de gestão; de definir a operadora — a operadora é de responsabilidade da União —; de recuperar açudes associados ao projeto que vão receber águas do projeto e que, eventualmente, estejam degradados ou com algum problema estrutural; e de priorizar recursos do Orçamento Geral da União para a infraestrutura hídrica complementar.

De tudo aquilo que fosse necessário fazer para dar capilaridade ao projeto, um dos compromissos da União foi priorizar recursos, tanto é que financia o Ramal do Agreste e outros ramais que seriam, em tese, responsabilidade dos Estados — a União apoia com a alocação de recursos.

E os Estados? Os Estados se comprometeram a fazer a gestão das águas que vão receber. Eles precisam fazer uma gestão competente dessas águas. Esse é um compromisso que a União fez questão de exigir dos Estados, porque nós não podemos realizar um projeto dessa envergadura para depois os Estados fazerem um gerenciamento precário dos recursos hídricos. Então, essa é uma obrigação.

Articulada a esse primeiro item está a necessidade de os Estados estruturarem os seus órgãos e entidades para a gestão de água bruta. Quer dizer, eles vão receber essa água e precisam de competência técnica e institucional para conduzir essa água até o centro de distribuição. Essa é uma obrigação que cabe aos Estados. O Governo Federal vai entregar essa água em portais predefinidos, e, daí



para frente, a responsabilidade sobre a execução até a distribuição final é dos Estados receptores.

Ao mesmo tempo, os Estados se comprometeram a cobrar tarifas para o serviço de operação e manutenção da sua própria infraestrutura. Ou seja, existe um custo para conduzir essa água até o centro de distribuição final. Então, os Estados se comprometeram a cobrar tarifas para cobrir esse custo. O único Estado que já faz essa cobrança é o Ceará. Isso é muito importante dizer, porque depois eu vou voltar a esse ponto.

Além disso, os Estados também se comprometeram a cobrar pelo direito de uso. A referência a esse ponto é a Lei nº 9.433, de 1997, aprovada por esta Casa e que estabelece o sistema de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. E um dos critérios para induzir o uso racional da água, dando ao usuário final a referência e o reconhecimento do valor econômico, induzindo-o a um comportamento não perdulário, racional e econômico em relação ao uso da água, é que isso pese para o usuário. Ele não pode ter a sensação de que a água é infinita, de que pode tirá-la a qualquer tempo. Esse é um ditame da Lei nº 9.433.

E os Estados se comprometeram a ressarcir a operadora federal dos custos que ela tiver com a sua atividade de operação e manutenção. Isso significa que os Estados pagarão pela água transposta — é esse o compromisso assumido — e darão garantias financeiras à operadora federal. Isso não pode ficar só na conversa. É preciso haver garantias, contratos para que esses compromissos sejam efetivamente cumpridos.

Esse conjunto de compromissos mútuos ensejou, então, a outorga concedida pela Agência Nacional de Águas, efetivamente conseguida em setembro de 2005. Em linhas gerais, ela estabelece os limites do bombeamento. É evidente que essa outorga tem mais dispositivos, mas eu acho que esse é o ponto de interesse mais prioritário do nosso debate.

Esse limite de bombeamento tem tudo a ver com o que o João Henrique vai falar, porque a bacia doadora tem limites. Então, a ANA estabeleceu limites para a bacia doadora e estabeleceu limites para a captação. Ela estabeleceu o limite de 26,4 metros cúbicos por segundo, que é a vazão firme. A qualquer tempo, a operadora poderá bombear essa vazão. Em situações excepcionais, quando



Sobradinho estiver vertendo — o João Henrique vai se referir a isso —, a operadora poderá bombear valores superiores a 26,4 metros cúbicos por segundo, podendo chegar a até 114 metros cúbicos por segundo.

Também a outorga da ANA determina a criação do sistema de gestão, ou seja, a ANA condiciona a outorga a um sistema de gestão. Isso está muito claro.

E a licença do IBAMA, que foi de 2007, absorve a outorga, colocando o seu cumprimento entre as condicionantes. Então, o IBAMA vinculou a licença de instalação à outorga da ANA.

O Governo, em cumprimento à determinação da ANA, baixou o Decreto nº 5.995, de dezembro 2006, *“que institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, e dá outras providências”*. Esse decreto cumpre o primeiro e talvez o mais importante mandamento da outorga.

Quais são os principais dispositivos desse decreto?

Ele define as competências e as responsabilidades dos órgãos e das entidades do sistema, o papel do Ministério da Integração, o papel da operadora, o papel do Conselho Gestor. Todos os papéis e responsabilidades estão definidos aí.

Deputado Adail Carneiro, reportando-me já a sua primeira pergunta, esse decreto define o Plano de Gestão Anual — PGA como instrumento específico de ajuste contratual entre a operadora federal, as operadoras estaduais, os Governos Estaduais e o Ministério da Integração. Então, a cada ano, a operadora tem que apresentar o plano de como vai se comportar no período seguinte. Ela faz o planejamento para o ciclo anual, mas aí tem que se entender com os Estados, para saber sua demanda, para saber quanto precisam de água. E ela faz, então, uma série de ajustes. Isso é um vínculo formal. Inclusive, o decreto obriga a publicação desse plano no *Diário Oficial* da União.

O que estabelece o Plano de Gestão Anual? Estabelece a repartição das vazões e o rateio de custos. Isso tem que estar no plano a cada ano. Além disso, é preciso estabelecer que instrumentos de gestão estão sendo aplicados; que condições e padrões operacionais estão sendo cumpridos no bombeamento, porque a busca que se vai fazer e tem que ser feita é a da excelência operacional. Essa é uma condição importante para o êxito desse projeto.



O plano deve prever também que tarifas serão praticadas. Não é a operadora que define a tarifa. Ela será definida externamente. Quem vai definir a tarifa é Agência Nacional de Águas. A operadora tem que praticar essa tarifa.

E as garantias também têm que constar do plano de gestão.

Além disso, o plano contém outro dispositivo, que estabelece os custos do serviço de adução de água bruta do projeto. Então, têm que constar os custos administrativos, operacionais e de manutenção, os custos fixos e os custos variáveis, que serão ressarcidos pelos Estados receptores, mediante pagamento de tarifa. Quer dizer, o decreto, na verdade, assume o termo de compromisso, assume as exigências da ANA.

O Decreto nº 5.995 é muito claro, mas não definiu, quando de sua edição, em 2005, quem seria a operadora federal, que entidade, que órgão seria o operador do PISF. Então, isso ficou em aberto, durante alguns anos, até que, no ano passado, em 2014, o Decreto nº 8.207 modificou o Decreto nº 5.995 e estabeleceu que a CODEVASF será a operadora federal do PISF.

Depois de muitas *démarches*, depois de muita discussão, em que várias entidades foram cotejadas, umas em relação às outras, em que vários trabalhos técnicos foram feitos, a decisão do Governo foi entregar à CODEVASF essa responsabilidade.

Ao mesmo tempo, o Decreto nº 8.207 dá caráter deliberativo ao Conselho Gestor do PISF. O Decreto nº 5.995 instituiu o Conselho Gestor, mas de caráter apenas consultivo, de assessoramento. Entretanto, o entendimento que se teve foi o de que esse Conselho precisa ter algum nível de empoderamento para dar eficácia a todo o plano de gestão, às tarifas. Ele tem que examinar tudo, porque o Conselho, na verdade, é um lugar de pactuação. E essas pactuações têm que ser objeto de deliberação, a fim de dar consistência e efetividade a esse Conselho, para não virar um conselho meramente decorativo.

Quando nós combinamos o Decreto nº 5.995 com a redação dada pelo Decreto nº 8.207, nós chegamos a este sistema de gestão. Na sua essência, o sistema de gestão compreende este grupo aqui demonstrado, que vai se reunir periodicamente. Ainda é preciso definir se vai se reunir a cada 6 meses, se vai se reunir extraordinariamente, a qualquer tempo. É preciso aprovar o Regimento



Interno. Isso ainda não foi possível fazer. Ele já foi instalado, mas, em função dessa transição que nós vivemos do ano passado para cá, ainda não houve possibilidade de aprovar o Regimento Interno.

O grupo é composto por cinco Ministérios e outros seis órgãos, pelo Comitê da Bacia do São Francisco e por um representante dos comitês das bacias receptoras. As bacias receptoras dos quatro Estados terão também um representante. Então, a bacia doadora tem um representante e as bacias receptoras também. E os quatro Estados — Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco — também têm representação no Conselho.

Abaixo dos Estados, nós vemos os nomes das operadoras. Então, os Estados têm também que definir quais serão os órgãos operadores das estruturas estaduais interligadas ao PISF. No caso do Ceará, Deputado, certamente será a COGEA, que é um órgão altamente competente, experiente, que tem já uma tradição muito grande de atuação na gestão e adução de água bruta.

A CODEVASF não compõe o Conselho, não tem direito a voto, mas é, na verdade, o braço executivo do Conselho, porque ela é que executa e que prepara os documentos. Ela que tem que apresentar o plano e tem que prestar contas ao Conselho do seu desempenho. A CODEVASF vai apresentar o seu planejamento, e isso vai ser monitorado pelo Conselho, que, por sua vez, vai exigir *performance* da CODEVASF.

Ali nós vemos o órgão regulador, a Agência Nacional de Águas, que também não é membro do Conselho. Pelo seu caráter de órgão regulador autônomo, independente, ela vai fazer o seu papel institucional, que é cobrar também desempenho, vai fixar tarifas e vai exigir a boa gestão de recursos hídricos, o que está dentro da sua competência legal. Já o Ministério da Integração coordena e preside o Conselho.

Aí está a alma do sistema de gestão. É possível ver que se trata de um sistema complexo.

Desde que a CODEVASF foi definida como operadora, ela começou a se preparar para essa função. Como eu disse anteriormente, ela já tem experiência com a implantação de projetos de infraestrutura hídrica de grande envergadura. Entretanto, o PISF é uma experiência nova para a CODEVASF, dada a sua



complexidade, a sua capilaridade. As relações não são com clientes locais, mas com clientes de peso político-institucional. Então, isso vai exigir uma preparação adequada.

No momento, ela criou uma gerência na sede, uma gerência de operações, já com uma equipe técnica criada, aliás, remanejada, porque ainda não foi feito nenhum concurso, não foi feito nada ainda para aumentar o corpo técnico da empresa. Ela fez remanejamentos internos e criou um escritório de apoio técnico avançado lá na região do projeto. Já há uma equipe que está acompanhando a obra no dia a dia, já se apropriando das características da obra. Então, ela tem já um papel: esse escritório de apoio.

Ao mesmo tempo, a CODEVASF desencadeou vários trabalhos técnicos, vários estudos internos, objetivando estabelecer uma estrutura definitiva para o PISF; adequar o quadro de pessoal e funções; desenvolver novas competências e recompor processos de trabalho. Então, isso está em um processo interno, intenso, de discussão, envolvendo a presidência e as diretorias. Enfim, as pessoas mais diretamente ligadas ao projeto estão incumbidas de apresentar qual é a estrutura adequada que a CODEVASF precisa ter para dar conta da sua missão.

A segunda providência crucial, decisiva, para o bom êxito do projeto é a elaboração do modelo de gestão. Nós temos um sistema de gestão, a designação dos atores e os papéis desses atores. Só que nós precisamos colocar isso em movimento.

Como é que isso vai funcionar na prática? Nós temos que instrumentalizar a CODEVASF com base no que há de melhor no mercado, em termos de boas práticas de gestão de recursos hídricos, de gestão de infraestrutura, para que nós possamos cumprir as diretrizes da outorga, do licenciamento ambiental e do próprio Decreto nº 5.995, que estabelece incumbências para a operadora. Então a CODEVASF precisa se capacitar técnica e institucionalmente. Ela já tem *expertise*, tem uma massa crítica interna, mas ela tem que se adaptar a uma nova realidade, a esse novo desafio. Ela tem que se preparar para isso, razão pela qual ela está elaborando um modelo de gestão.

Quais são os componentes básicos do trabalho que está em desenvolvimento? Em primeiro lugar, nós temos que cuidar da gestão institucional.



Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu ouvi V.Exa., quando o Ministro fez sua apresentação e hoje mesmo, referir-se a este aspecto. Existe certa dificuldade ainda entre nós de tratar esses temas que não são estruturais, que não estão ligados diretamente a obras físicas, mas estão ligados à inteligência, ligados à articulação de mecanismos de tomada de decisão, que implicam ter-se um bom sistema de governança. É preciso trabalhar o tema da governança. É preciso trabalhar a capacidade técnico-institucional nos Estados. Dos quatro Estados, alguns estão preparados, outros não.

Os Estados, ao longo dos anos, não investiram em capacidade técnica. Muitos técnicos estão em cargos comissionados, não estão em cargos de carreira, portanto, eles não conseguem sedimentar uma memória técnico-institucional nas suas instituições. Então, percebe-se uma fragilidade muito grande ainda nesse tema. E um compromisso que os Estados assumiram foi o de investir nisso. Mas isso ainda é um desafio pendente. E é preciso também adequar a CODEVASF às diretrizes regulatórias da ANA, para ela poder discriminar os custos do PISF, porque eles serão objeto de tarifação. Não se podem colocar na tarifa do PISF custos que não sejam especificamente do PISF. Então, a ANA exigiu que a CODEVASF faça uma readequação contábil e patrimonial para ela poder ter um cadastro próprio na Fazenda, para poder prestar conta daquilo que é custo exclusivamente do PISF.

Outro componente do estudo que está em andamento é o que vai dar a sustentabilidade técnica, operacional e financeira do PISF. Nós estamos falando de um plano diretor. Nós estamos elaborando um plano diretor de caráter plurianual, de caráter estratégico, que vai funcionar como aquele que vai dar a visão macro e as grandes diretrizes do projeto, que vai se desdobrar em programas específicos de média e longa duração, olhando para o futuro. O plano diretor é um guia. Ele olha para o futuro, para não deixar a CODEVASF estática.

A CODEVASF precisa considerar o longo prazo. Para isso, ela precisa de um plano que seja sistematicamente revisto. Não pode ser um plano que fique lá na gaveta, não servindo para nada; tem que ser algo dinâmico e útil para a gestão. Desse plano decorre o Plano de Gestão Anual, a que me referi — esse, sim, é anual. Ele vai ser elaborado anualmente pela CODEVASF, vai ter que ser levado ao conselho gestor para obter aprovação e vai ter que receber o aval também da



Agência Nacional de Águas. A ANA terá que dar o seu “o.k.” também a esse plano. Ele será monitorado tanto pela ANA, quanto pelo conselho gestor.

Nesse contexto, é preciso também desenvolver um sistema de suporte à decisão a respeito da locação de água, a respeito do despacho de água das bombas, a respeito dos equipamentos, a respeito do sistema operacional. Nós estamos preocupados sobretudo com o quê? Não é uma operação qualquer. Se nós formos fazer uma operação qualquer, nós não atingiremos o objetivo desse projeto, que é alcançar a sinergia hídrica.

A água do São Francisco, que é uma água firme, vai se misturar com águas não tão firmes, que dependem de variações climáticas — chove mais, chove menos; os açudes ora estão cheios, ora estão mais vazios; perdem água por evapotranspiração —, e o balanço hídrico é negativo. Quando se coloca água firme nesse sistema, com inteligência operacional, pode-se obter sinergia hídrica e reduzir custos. Então, esse tem que ser um elemento central, a pedra de toque do sistema.

Nós também vamos definir os modelos contratuais e discutir com os Estados os arranjos de garantia. Tudo isso está em execução neste momento. Estamos discutindo e levantando esses caminhos todos.

Enquanto a CODEVASF vai engendrando a sua visão de futuro, vai se capacitando, vai se instrumentalizando para o cumprimento da sua missão, para quando a obra estiver pronta, o fato é que a obra está sendo feita. Estão sendo concluídos alguns trechos, equipamentos estão sendo entregues, já há instalações bombeando água e assim por diante.

A CODEVASF foi chamada a cooperar com o Ministério da Integração Nacional. Essa atividade de pré-operação é responsabilidade ainda do empreendedor — portanto, responsabilidade do Ministério —, entretanto a CODEVASF, como seu braço executivo, tem que ajudar. Essa ajuda já tem sido dada, por exemplo, por meio de alguns contratos de vigilância e manutenção de trechos concluídos, compra de energia para testes.

Então, a CODEVASF teve que percorrer um longo labirinto do setor elétrico, que é um setor complexo, para poder habilitar-se para a compra de energia. A CODEVASF já está comprando energia. Já há testes sendo feitos, e isso requer energia disponível. A CODEVASF já participa desse processo. Está em fase de



estudos qual é a melhor estratégia para a compra de energia no longo prazo, considerando que o custo de energia é o principal custo do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF. O custeio do PISF, como já foi dito aqui, não é pequeno, mas o que mais pesa na conta é o custo de energia, sobretudo nas circunstâncias em que estamos vivendo. A energia ficou muito cara!

A CODEVASF participa ativamente também das atividades de inspeção, testes e comissionamento de obras e equipamentos. Aquela equipe que está no campo, a equipe de engenheiros designada, tem como responsabilidade acompanhar a inspeção das obras, os testes e o comissionamento, para já ir também se familiarizando com essas estruturas.

Muito bem, Sr. Presidente, eu caminho para o final dizendo aos Srs. Deputados o seguinte: a CODEVASF está ciente dos desafios. Ela sabe que o PISF não é um projeto qualquer: é um projeto de alta complexidade e de alto risco operacional. Em grande medida, ele pode ser comparável ao setor elétrico, dada a sua capilaridade, dada a rede de açudes e a rede de corpos d'água que ela vai ter que equacionar para alcançar a excelência na operação do projeto de entregar água para os usuários finais.

Como já foi dito aqui por V.Exa. e por outros Deputados, o PISF é mais do que uma obra em si: ele é um projeto de segurança hídrica. Ele visa a segurança hídrica precipuamente, mas, ao mesmo tempo, ele tem que ser um projeto indutor da gestão sustentável dos recursos hídricos e da promoção do desenvolvimento regional.

No caso, a tarefa precípua da CODEVASF é operar os canais. Se me perguntarem o que a CODEVASF vai fazer, direi: ela vai precipuamente operar os canais. Mas se ela fizer só isso, ela ficará pobre. Ela vai ter que trabalhar em rede. Ela vai ter que trabalhar articuladamente com outros atores estaduais e federais que tenham incidência na região.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos já mencionou aqui que o Ministério das Cidades tem que cuidar da questão do saneamento, a FUNASA idem, o próprio Ministério de Minas e Energia também, por meio da CHESF, além do DNOCS, que é o gestor dos açudes. Como fazer isso funcionar de maneira equilibrada, de maneira sustentável? A CODEVASF tem que ser um ator proativo. Se for um ator que liga e



desliga bomba — internamente, nós já fizemos essa discussão —, a CODEVASF fracassará na sua missão. A pedra de toque é a sustentabilidade técnica, operacional e financeira. É preciso fazer uma entrega pontual de água. O cliente precisa da água, e a CODEVASF tem de entregá-la. Não pode prometer que vai entregá-la: tem de entregá-la com pontualidade.

Quanto à qualidade da água a ser entregue, ela tem que estar garantida. E há que se buscar sinergia hídrica, custos baixos. Isso tem que ser permanentemente discutido no âmbito do conselho gestor, assim como os ressarcimentos dos custos operacionais.

Por tudo isso, se a CODEVASF ficar vinculada mortalmente ao Orçamento Geral da União, nós já sabemos no que isso vai dar.

Eu gostaria que os Srs. Deputados dessem uma ajuda muito forte nisso. Uma coisa crucial para esse projeto é a sua autossustentabilidade. Ele tem que ser viável em si mesmo. Se ele ficar dependendo de recursos de fora, que estão sujeitos a ajustes fiscais, etc... Se uma estrutura desse tamanho e dessa complexidade tiver que parar porque faltou dar manutenção em uma bomba, eu acho que a coisa fica complicada.

Por fim, esse projeto é uma articulação em rede de atores: governos e sociedade civil organizada. Há muitos atores envolvidos nesse processo, alguns mais, outros menos. Há alguns mais interessados, outros menos interessados, mas o fato é que há que se ter aí liderança.

A CODEVASF, juntamente com o Ministério, que é um empreendedor, tem que ter liderança, tem que estar o tempo todo discutindo e debatendo para poder aprimorar permanentemente. É um projeto em que se aprende sempre, em que se evolui sempre. É um projeto que se moderniza sempre. Ele tem que estar sempre buscando as melhores práticas.

Termino aqui, Sr. Presidente. Espero que eu tenha dado uma mensagem para esta Casa, que tanto tem contribuído e acompanhado esse projeto. Com certeza, a sua participação vai ser fundamental para o êxito dessa empreitada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Dr. José Machado.



Nós sempre temos toda essa clareza dos avanços, das alegrias, das satisfações e das preocupações. A cada exposição, nós observamos a magnitude do projeto e a necessidade que ele tem de integração intersetorial. Nós observamos a missão da CODEVASF, e isso, com certeza, será debate na Comissão, a partir dos Parlamentares aqui presentes.

Com a palavra o Dr. João Henrique, representante da CHESF.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Boa tarde ao Presidente da Comissão, Deputado Raimundo Gomes, aos Srs. Deputados aqui presentes, ao companheiro Dr. Machado, aos senhores presentes.

Inicialmente, em nome da CHESF, gostaria de agradecer-lhes esta oportunidade de compartilhar algumas informações sobre a Bacia do São Francisco.

A CHESF atua na Bacia do São Francisco desde a sua criação e tem um histórico operacional do comportamento do rio ao longo de 84 anos. Entendemos que momentos como este são importantes para que possamos compartilhar as informações e os dados sobre a Bacia.

Quero justificar a ausência do Presidente da CHESF. Ele havia se programado para vir, mas, infelizmente, de última hora, um compromisso fez com que ele não pudesse estar aqui presente. Mas tentaremos, na medida do possível, atender ao chamamento da Comissão no sentido de propiciar algumas informações sobre a Bacia do São Francisco.

A minha apresentação vai ser focada principalmente nas últimas dificuldades, em virtude de um regime hidrológico extremamente desfavorável, a exemplo da matéria de jornal a que o Deputado Adail fez referência.

Estamos vivenciando, Deputado Adail, a pior seca dos 84 anos da Bacia do São Francisco e vamos ter a oportunidade, aqui, de destacar o que está acontecendo e quais ações estão sendo tomadas para que venhamos a minimizar, como foi colocado na matéria, o impacto aos consumidores de água da Bacia do São Francisco. Evitar a gente não pode, mas vai tentar minimizar. E, no caso dessa minimização, um dos aspectos fundamentais, sem dúvida, é o abastecimento humano.

Então, a minha apresentação vai focar um pouco a CHESF. Depois, falarei sobre a gestão de recursos hídricos, e, aí, sim, vou focar no Rio São Francisco e na



situação atual que o rio está vivenciando. Depois, vamos fazer uma análise do projeto de transposição sob a ótica do impacto energético, apontando como esse projeto impacta energeticamente o sistema interligado brasileiro, em especial a Região Nordeste.

(Segue-se exibição de imagens.)

A CHESF é uma empresa criada no final da década de 1940 — foi criada em 1948. Ela é uma empresa do grupo ELETROBRAS. É uma concessionária de energia elétrica. Os seus ativos estão situados prioritariamente na Região Nordeste, embora hoje também tenha ativos fora da Região Nordeste, principalmente através da realização de sociedade. Mas, evidentemente, o foco da CHESF é a Região Nordeste. É lá que se encontra a maioria dos seus ativos e é lá que a imagem da CHESF de fato se projeta.

A empresa tem hoje pouco mais de 4 mil empregados. Ela vem num processo de reajuste de organização, em função inclusive da Medida Provisória nº 579, que foi depois transformada na Lei nº 12.783, que impactou substancialmente a receita tanto de geração, como de transmissão — nós somos tanto uma empresa geradora, como uma empresa transmissora de energia. A legislação recente, no que diz respeito à renovação dos contratos de concessão, nos obriga a um reajuste organizacional, para que possamos nos adaptar a essa nova realidade.

Como eu já falei, a CHESF é uma empresa de geração, e é, até pelo nome da empresa, “Companhia Hidroelétrica”, uma empresa cuja geração, na sua maioria, está baseada na hidroeletricidade. Mas, evidentemente, construir usinas hidrelétricas no País está cada vez mais difícil. Além da matriz energética, as novas tecnologias, como a energia eólica e a solar, possibilitam à CHESF e a outras empresas de energia do País avançar não só na hidroeletricidade, mas também em outras fontes de energia.

Somos uma grande empresa de transmissão. Temos 119 subestações de alta tensão, em 230 mil volts e 500 mil volts, espalhadas por todos os Estados da Região Nordeste, com exceção do Maranhão, que faz parte da concessão de uma outra empresa do Grupo ELETROBRAS, a ELETRONORTE. O Maranhão, no passado, já fez parte da concessão da CHESF, mas, por uma dessas medidas de arranjo do setor elétrico, o Estado passou a ser da coirmã ELETRONORTE.



Pelo fato de termos essa geração, somos também uma comercializadora. Comercializamos energia para grandes consumidores. Não atendemos a pequenos consumidores, àqueles chamados consumidores cativos. Esses são atendidos pelas distribuidoras de cada Estado. Nós temos energia e vendemos, comercializamos essa energia para grandes consumidores e para as próprias distribuidoras. A COELCE, distribuidora do Estado ao qual pertence o Deputado Raimundo, compra nossa energia. É como se a CHESF vendesse em grosso e não vendesse no varejo.

Em termos de capacidade instalada, temos mais de 10.600 megawatts, uma quantidade de potência relevante. Para vocês terem uma ideia, a Região Nordeste como um todo consome em média 8.500 megawatts. Então, é como se eu dissesse a vocês: a CHESF sozinha ainda atende todo o Nordeste, em termos de capacidade e potência instalada.

Evidentemente, não somos mais a única geradora instalada na região. Hoje, na Região Nordeste, além de geradores hidroelétricos, temos geração térmica e geração eólica. Torna-se cada vez mais real esse tipo de geração, o que é uma coisa positiva, principalmente com a crise hídrica pela qual estamos passando na Bacia do São Francis, que nós vamos abordar.

A CHESF, além de ter seus ativos, está permanentemente em processo de crescimento. Ela tem um planejamento para crescer, para continuar crescendo. Isso é uma necessidade cada vez mais forte na nossa empresa, até por conta da nova realidade em que vivemos: o novo contrato de concessão. Essa nova realidade fez com que houvesse uma redução significativa na receita da empresa (70%), o que nos faz buscar outras alternativas em termos de geração, a exemplo do que aparece ali na cor verde: a energia eólica. Nós estamos investindo fortemente em energia eólica na Região Nordeste.

Temos uma usina eólica próxima ao reservatório de Sobradinho, a Casa Nova. Ela vai ter uma capacidade de 180 megawatts. Quando entrar em operação, ela vai ser a maior eólica instalada no País em termos de capacidade.

Então, o futuro da CHESF é manter os ativos existentes, operar de forma adequada as suas usinas, o seu sistema de transmissão e crescer. Crescer aproveitando a oportunidade tecnológica de novas fontes, que cada vez mais



barateiam. Isso representa um adicional significativo, do ponto de vista da modicidade tarifária, e significa benefício para o consumidor do País.

Em termos de sistema de transmissão, temos mais de 19 mil quilômetros de linhas de extra alta tensão, de 230 mil e de 500 mil volts. É a chamada rede básica do sistema interligado brasileiro. A rede básica são aquelas linhas-tronco, aquelas linhas que têm maior capacidade de transmissão de energia. A CHESF tem linhas que nascem em Presidente Dutra, atravessam o Estado do Piauí, atravessam o Estado do Ceará e vão se agregar às nossas usinas, que majoritariamente estão lá no complexo de Paulo Afonso.

Então, hoje temos essa quantidade de linhas. É um desafio mantê-las em operação, seja em regime de chuvas intensas, porque as descargas atmosféricas podem provocar desligamentos, seja em regime de seca, como estamos vivenciando nos últimos anos, porque aí surgem as queimadas. E também é um grande desafio manter essas linhas de transmissão em operação.

O País todo está hoje interligado, não do ponto de vista hídrico, mas do ponto de vista de uma interligação de natureza elétrica. A CHESF está ligada hoje ao Norte do País, através de linhas de 500 mil volts, e ao Sudeste do País. Nós temos linhas de transmissão que interligam a CHESF a outras regiões, e essas linhas propiciam que, numa hora de crise hídrica como essa que estamos vivenciando na Bacia do São Francisco, uma região do País venha ajudar outra. Foi assim em 2001, o ano do racionamento.

Durante o racionamento de 2001, se vocês se recordam, eu já era o Superintendente de Operação e Contratos de Energia da CHESF e vivenciei, naquela época, um drama muito grande. Naquela ocasião, o Nordeste era pouco interligado a outras regiões do País. Havia muita limitação para se levar energia de uma região para outra — ao longo dos últimos anos, essa limitação foi desaparecendo. Em 2001, nós só poderíamos fazer transferência de energia do Nordeste para outras regiões até o total de mil megawatts. Hoje, nós podemos transferir cinco vezes mais: 5 mil megawatts. Isso através dessas linhas de que falei, que se interligam com o Norte e o Sudeste.

Evidentemente, estamos numa situação crítica nos últimos anos, nos ciclos em que deveríamos ter uma hidrologia favorável. Na Bacia do São Francisco, o



chamado período úmido vai de novembro a maio. Infelizmente, tanto a Bacia do São Francisco como outras regiões do País, a exemplo da Região Sudeste, têm passado por uma seca muito severa. Na verdade, nós estamos vivenciando um período em que até no Norte, em determinados momentos, tivemos dúvidas se o reservatório de Tucuruí seria reenchido — todos os anos, a gente sabe que o reservatório de Tucuruí tem reenchimento pleno, de 100%. Mas as últimas chuvas que aconteceram no Norte do País fizeram-nos ter certeza de que vamos atingir 100% em Tucuruí.

Mas, então, esse sistema tem esta vantagem: fazer a transferência de energia, possibilitando que uma região venha a cooperar com aquela que se encontra em maior dificuldade.

Hoje, nós comercializamos energia não só com a Região Nordeste, mas com distribuidoras e clientes de todo o País. Embora nossos ativos, como falei, primordialmente estejam situados na Região Nordeste, através de mecanismos contratuais econômico-financeiros, nós vendemos e compramos energia também em outros pontos do País.

A gestão dos recursos hídricos.

A CHESF é uma concessionária de energia elétrica. Do ponto de vista da geração, o seu parque de geração está majoritariamente situado na Bacia do Rio São Francisco. Temos outras usinas fora da Bacia do São Francisco — por exemplo, a usina de Boa Esperança, no Piauí, e algumas PCHs instaladas na Região Nordeste —, mas o parque de geração da Bacia do São Francisco é majoritário. Dentro desse parque de geração existe a usina de Sobradinho, que tem uma capacidade de armazenamento muito significativa. O reservatório de Sobradinho é a grande caixa-d'água da Região Nordeste. Ele tem capacidade de armazenamento de 34 bilhões de metros cúbicos de água. Isso é muita água! Isso é muito significativo!

O reservatório de Três Marias fica a montante. A primeira usina da Bacia do São Francisco é a usina de Três Marias. Ela não é operada pela CHESF, mas pela CEMIG — Companhia Energética de Minas Gerais. A capacidade de Três Marias é quase a metade da de Sobradinho: 19 bilhões de metros cúbicos.

Então, Sobradinho representa 60% do sistema equivalente da Região Nordeste. Se eu tivesse que imaginar um único reservatório de água englobando



todos os reservatórios de água da Região Nordeste, Sobradinho iria compor 60% da capacidade desse reservatório.

Nós temos outros reservatórios: o reservatório de Luiz Gonzaga, mais conhecido como Usina de Itaparica, que é um reservatório de menor capacidade — representa apenas 8% —; temos os complexos de Paulo Afonso e Xingó, que, em termos de reservatório, são pouco significativos. Todas elas são denominadas usinas a fio d'água, ou seja, o que chega, sai. A capacidade de armazenamento de fato e a preocupação são maiores no que se refere ao reservatório de Sobradinho. Ele é inclusive referência para aquela elevação ou não da retirada d'água do projeto de transposição, do projeto de integração de bacias.

Em termos de gestão de recursos hídricos, é sempre bom lembrar que nós temos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece as políticas e as diretrizes, e temos a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e a Agência Nacional de Águas — ANA.

Hoje pela manhã, nós tivemos uma reunião na Agência Nacional de Águas. Houve uma grande representação de diversas entidades: IBAMA, a própria ANA, Ministério dos Transportes, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, ANTAQ, CODEVASF, CEMIG. Todas essas entidades atuam no sentido de fazer o acompanhamento da situação da Bacia do São Francisco e de tomar decisões para assegurar a todos os usuários não só energia elétrica, mas segurança hídrica nos usos múltiplos.

Nós estamos encerrando agora o chamado período úmido da Bacia do São Francisco, que foi extremamente negativo do ponto de vista hidrológico, e temos uma certeza: a de que vamos enfrentar agora o chamado período seco, que vai até novembro. O reservatório de Sobradinho está com 21% de sua capacidade. Estamos encerrando o período úmido do São Francisco, e Sobradinho está com 21%. Do ponto de vista do armazenamento, isso é grave e exige a adoção de medidas, não só as que já estão em curso, mas também outras, para assegurar que em novembro todos os usos estejam menos impactados. Não quero dizer que não vai haver impacto, mas que seremos menos impactados.

Esperemos que o próximo período úmido seja mais favorável do que esses três últimos ciclos, que foram, de fato, muito desconfortáveis.



Os Comitês de Bacias Hidrográficas são entidades extremamente importantes. Eles inclusive estavam hoje na reunião. A CHESF faz parte de um desses comitê, que é composto por 62 entidades, com direito a voto. Abastecimento humano, irrigação, pesca, turismo, energia elétrica, todos discutem de forma bastante clara questão das águas da Bacia do São Francisco nesse ambiente, ou seja, nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS está fazendo a otimização de todo o sistema interligado brasileiro. É ele quem está definindo se a Região Nordeste deve ser exportadora ou importadora. O ONS vê o sistema como um todo, vê como está a situação das bacias hidrográficas, e, a partir daí, define essa transferência de energia entre as regiões. Isto é, ele define se o Nordeste pode receber ou se tem que enviar energia.

Nós temos também as concessionárias e, dentro delas, a CHESF.

Vamos conversar um pouco sobre o Rio São Francisco.

O Rio São Francisco tem como característica os usos múltiplos: abastecimento humano, produção de energia, pesca, piscicultura, navegação. Nos últimos anos, inclusive, houve um impacto na navegação do São Francisco. Uma das últimas empresas que se utilizavam da navegação comercial de grande porte, de Pirapora até o Porto de Petrolina, a ICOFORT, teve sérias dificuldades e parou de operar.

Então, como eu já disse, abastecimento humano, controle de cheias e irrigação são alguns dos usos múltiplos. Nós temos a responsabilidade de fazer uma operação coordenada para atender à necessidade de todos, o que é bastante difícil. Sempre vai haver conflito; conflito existe no tocante aos usos e também entre quem está a montante e quem está a jusante de um reservatório.

Vamos pegar como exemplo o caso do reservatório de Sobradinho. Como eu comentei, ele está encerrando o seu período úmido agora com 21% de sua capacidade. A montante de Sobradinho, além de cidades que fazem a captação de água para o abastecimento humano, há alguns projetos bastante significativos. O próprio projeto Nilo Coelho é bastante significativo.

Então, quem está a montante torce para que a operação seja feita guardando o máximo possível de água no reservatório; quem está a jusante, após o



reservatório — por exemplo, os Estados de Alagoas e Sergipe, que já está lá na foz —, esses torcem para que a vazão de saída lá de Sobradinho seja de tal forma que não venha a impactar a situação daqueles que estão captando ali ao longo do Rio São Francisco.

Então, existe um conflito. Esse conflito de interesses entre quem está a montante e quem está a jusante sempre vai existir, mas o importante é que essa operação seja feita de forma transparente, com regras e procedimentos que possam ser reproduzidos, no sentido de que a segurança que nós estamos buscando seja a segurança hídrica de todos os usos. Nós não podemos, numa situação de seca, por exemplo, guardar água no reservatório. A água que está chegando ao reservatório não pode ser deixada lá, porque, com isso, poderemos ter algum problema no futuro. Da mesma forma, não podemos esvaziar o reservatório de Sobradinho, porque isso também pode gerar problemas. Então, esse é o problema de uma operação complexa, que exige um relacionamento amplo.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas têm um papel fundamental nessa questão, assim como a Agência Nacional de Águas.

O que está acontecendo? A vazão de saída do reservatório de Sobradinho estabelecida em licença de operação, para aqueles empreendimentos da Bacia do São Francisco, é de 1.300 metros cúbicos por segundo. A CHESF, que é uma concessionária de energia, recebe uma autorização do IBAMA. Nessa autorização consta que nós temos que soltar, no mínimo, uma vazão de 1.300 metros cúbicos por segundo, a partir de Sobradinho até a foz. Desde abril de 2013, nós estamos quebrando essa determinação.

Nós vivenciamos uma hidrologia muito desfavorável em 2012 e 2013. Em virtude disso, em abril de 2013, a CHESF foi autorizada, em caráter especial e extraordinário, a praticar uma vazão abaixo de 1.300: essa vazão passou para 1.100 metros cúbicos por segundo. Se não tivéssemos tido essa autorização desde 2013 — eu vou mostrar mais adiante —, a situação da bacia seria extremamente crítica.

Essa ação preventiva surtiu efeito, mas é claro que, em abril de 2013, quando nós reduzimos de 1.300 para 1.100 metros cúbicos a vazão de água, muitos usuários que estavam situados a jusante do reservatório de Sobradinho, com a captação da própria CODEVASF ou com a captação para o abastecimento humano



ou para um usuário pescador... Os Estados de Alagoas e Sergipe, por exemplo, gostariam que a vazão não fosse reduzida. Ou seja, eles gostariam que fossem mantidos os 1.300 metros cúbicos. Isso significa mais água no rio.

Na hora em que estamos quebrando uma restrição, todos os usos estão sendo impactados. Está-se quebrando uma restrição. A restrição normal e ecológica é 1.300. Se eu estou indo para 1.100, estou causando algum impacto para a própria geração de energia. Na hora em que solto apenas 1.100, a partir de Sobradinho, estou gerando menos energia proveniente da hidroeletricidade. O setor elétrico só consegue fazer essa operação sem que haja racionamento, sem que haja corte de carga, sem que haja corte de consumo porque existem outras fontes alternativas. As gerações eólicas ajudaram muito durante esse período.

Então, desde abril de 2013, como falei, estamos com a quebra da restrição, que, de 1.300, passou a ser 1.100. O próprio plano de recursos da bacia, que foi aprovado pelo Comitê da Bacia do São Francisco, estabelece que a vazão mínima é 1.300, mas, em função de o período de 2012 e 2013 ter sido muito negativo, nós tivemos que segurar a água no reservatório. Vieram 2013 e 2014 com outra hidrologia desfavorável. Depois vieram 2014 e 2015. Janeiro de 2015 foi o pior janeiro dos 84 janeiros em que acompanhamos o São Francisco. Veio fevereiro, que foi o pior dos 84 fevereiro em que acompanhamos o São Francisco. Então, de fato, estamos vivenciando um período hidrológico muito negativo.

Como já falei, desde abril de 2013 estamos praticando 1.100 metros cúbicos por segundo. Agora, para praticar esses 1.100 metros cúbicos por segundo, a CHESF recebe autorização do IBAMA e da ANA. Nós precisamos dessas duas autorizações do IBAMA e da ANA. Associadas a essas autorizações vem uma série de novos condicionantes ambientais, sobre os quais a CHESF tem que preparar um relatório e fazer todo um monitoramento. Então, quando nós descemos esse patamar para 1.100, significa o seguinte: temos uma quantidade maior de pontos na Bacia do São Francisco e, portanto, temos que acompanhar a qualidade da água, a evolução da cunha salina, lá no Baixo São Francisco, e os processos erosivos. Temos também que fazer uma comunicação adequada para todos os usos no sentido de que todos saibam que vamos ter uma quebra de restrição mínima.



Tudo isso são ações que, ao longo do tempo, nós estamos fazendo. Mais recentemente, agora, em abril de 2015, fruto dos meses de janeiro e fevereiro, meses tão desfavoráveis, nós encaminhamos uma solicitação, que também foi aprovada pelo IBAMA e pela ANA. E é assim que estamos operando atualmente a Bacia do São Francisco.

Eu vou comentar agora a operação atual. Nós estamos praticando os 1.100 metros cúbicos por segundo nos dias úteis. Hoje, por exemplo, é um dia útil. Então, pode-se ver que a Bacia do São Francisco, de Sobradinho até a foz, está operando com 1.100 metros cúbicos por segundo. Nos períodos da madrugada e nos domingos e feriados, quando o consumo da região é reduzido, em vez de 1.100, nós colocamos 1.000 metros cúbicos por segundo no rio. Isso faz com que, em média diária, operemos em torno de uns 1.050, 1.040 metros cúbicos por segundo.

Eu volto a dizer: todos os usos estão sendo impactados. A CODEVASF está sendo impactada e o bombeamento dela está limitado. A captação para abastecimento humano é prioridade. Uma empresa como a CASAL, de Alagoas, teve que fazer uma adequação nas suas captações. A pesca está sofrendo. Aqueles percursos que as embarcações fazem no São Francisco estão maiores, para evitar os bancos de areia que se formam. Essa é a realidade que nós estamos vivenciando no rio. A CHESF está gerando menos energia proveniente da hidroeletricidade. Ela está complementando a necessidade do consumo da Região Nordeste com outras fontes: eólica e térmica, esta de custo mais elevado. Hoje no País há um despacho de 17 mil megawatts de térmica.

Como o Deputado disse, anteriormente falávamos em seca no Nordeste. Imaginávamos que São Paulo estaria numa situação como a que Cantareira vivenciou? É uma coisa inusitada. Estamos vivenciando uma seca generalizada, mas o País é de uma dimensão tão exuberante que vivemos esse problema no Nordeste e no Sudeste e, quando chegamos lá no Norte, vemos as enchentes do Rio Madeira, onde a CHESF tem uma usina de grande porte, a Usina Jirau, em sociedade. E também a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Lá nós temos as usinas que não estão conseguindo gerar toda a capacidade porque as máquinas estão afogadas. A altura de queda necessária para fazer a geração está sendo minimizada porque há água demais no Rio Madeira. É



impressionante como o nosso País tem uma diversidade de recursos que nos fazem vivenciar coisas desse tipo.

Qual é o pleito do setor elétrico para garantir condição segura da Bacia do São Francisco até o próximo período úmido? É operar com 900 metros cúbicos por segundo. É sair do patamar de 1.100 ou 1.000 metros cúbicos por segundo, dependendo do período de consumo, e operar com 900 metros cúbicos por segundo. Nunca operamos a bacia com 900 metros cúbicos por segundo. Já operamos, no ano do racionamento, com 1.000 metros cúbicos por segundo, tendo cada usuário de fazer as suas adequações.

Tivemos uma reunião hoje na Agência Nacional de Águas — ANA, na parte da manhã, com todos aqueles usuários, como eu disse. O IBAMA e a ANA autorizaram a CHESF a fazer um teste. Nós não estamos, ainda, autorizados a praticar 900 metros cúbicos por segundo. Nós fomos autorizados a fazer um teste.

O que é esse teste? Esse teste tem que ser realizado com alguns condicionantes atendidos. O primeiro condicionante que o IBAMA nos solicitou é que tenhamos um plano de contingência. Nós temos de ter um plano de contingência com a cooperação de todos os usos, entendendo que todos têm de ser proativos para podermos vivenciar essa situação de crise.

Então, devemos ter plano de contingência para abastecimento humano, plano de contingência para a CODEVASF, plano de contingência para todos os usos. Depois que nós tivermos esse plano de contingência e o apresentarmos para o IBAMA, nós vamos fazer — eu coloquei hoje pela manhã lá na reunião da ANA — uma ampla divulgação com todos os usuários e vamos dizer: estamos prontos para iniciar a prática dos 900 metros cúbicos por segundo. E vamos dar uma informação durante uma semana depois que esse plano de contingência tiver sido aprovado pelo IBAMA. E depois vamos fazer de forma gradativa esse teste.

Eu não posso assegurar a vocês que nós vamos ter sucesso no teste. Tudo vai depender da evolução da situação. Então, nós vamos, gradativamente, sair dos de 1.100 metros, 1.000 metros cúbicos por segundo para 1.000 o tempo todo. Vamos deixar durante uma semana, com um compromisso. Qual é o compromisso da CHESF? Se houver algum impacto significativo em algum uso, nós retornaremos à vazão anterior.



Vamos fazer isso durante 1 semana. Se der certo nós vamos, mais uma semana, operar com 950 metros cúbicos por segundo. Se der certo, mais uma semana, vamos operar com 900 metros cúbicos por segundo. Se der certo, nós esperamos vir a praticar os 900 metros cúbicos por segundo, porque isso é o que vai assegurar que os nossos reservatórios não cheguem ao fim do período de seca num nível, Srs. Deputados, tão baixo como as simulações e os estudos estão indicando.

Eu queria mostrar essa simulação, cuja fonte é o Operador Nacional do Sistema Elétrico, está ali embaixo, é do ONS. Essa é uma simulação que foi mostrada em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico — CMSE, coordenado pelo Ministro de Minas e Energia.

Essa curva vermelha mostra o seguinte: se a defluência tiver sido de 1.300 metros cúbicos por segundo — olhem a legenda ali da curva vermelha, 1.300 metros cúbicos por segundo —, aquela vazão normal, ecológica. Se em abril de 2013 nós não tivéssemos baixado de 1.300 metros cúbicos para 1.100 metros cúbicos por segundo, em outubro de 2014 o reservatório de Sobradinho teria atingido 0% do seu volume útil. Nós teríamos chegado a um patamar... O reservatório de Sobradinho é de 1979. O mínimo a que chegamos em Sobradinho foi na época do racionamento: 5%. Se nós não tivéssemos tido essa medida, que agora, depois de todo esse período, se mostra como de fato foi apropriada... Impactos ela trouxe para todos os usos. Mas já imaginaram se nós não tivéssemos feito isso? Operar Sobradinho utilizando volume morto, como lá no Cantareira? Então, essa foi uma medida que se mostrou adequada.

Essa também é uma simulação do Operador Nacional do Sistema. Está ali a fonte. Vejam o que eu escrevi ali: “*Considerando Três Marias com defluência de 300 metros cúbicos a partir de maio.*” Por que isso? Durante esse último período, de novembro a dezembro de 2014, as chuvas foram muito esparsas, e o reservatório de Três Marias chegou a 2,5%. Logo a jusante de Três Marias — alguns de vocês conhecem isso — há o Projeto Jaíba.

O Projeto Jaíba, Deputados, é de grande relevância para o País. Temos outras captações ali, como a de Pirapora, uma cidade importante.

Pois bem, do mesmo jeito que Sobradinho, que possui uma vazão mínima e ecológica, Três Marias também possui. Todo reservatório tem isso. No de Três



Marias é de 500 metros cúbicos por segundo. Isso foi baixando: 350, 250, 200. Nós, Três Marias, estamos operando hoje com uma defluência, uma vazão de saída de 80 metros cúbicos por segundo. O Projeto Jaíba teve que se adequar. A captação de Pirapora teve que se adequar. Outras captações tiveram que se adequar.

Choveu um pouco em janeiro e fevereiro lá no Alto São Francisco. Isso fez com que o reservatório de Três Marias saísse de uma situação, como eu disse, de 2,5%. Ele esta hoje está com 36%. Sobradinho, como eu disse, está com 21%. Então, o que temos que fazer agora? Equilibrar esses níveis. Nós vamos ter que fazer a transferência de água de Três Marias para Sobradinho, para minimizar... Por isso eu estou colocando ali que nós temos que soltar não 80, como se está soltando hoje. Na reunião que tivemos hoje na ANA ficou acertado que no mês de maio já vamos para 200 metros cúbicos por segundo e em junho vamos para 400 metros cúbicos por segundo. Vai dar uma média de 300. Nós vamos praticar esses 300 durante todo o período seco, levando água de Três Marias para equilibrar com Sobradinho, porque há cidades lá em Sobradinho, Srs. Deputados...

O Prefeito de Sento Sé foi nos visitar. Com esse nível de Sobradinho, a água está a 20 quilômetros de distância. Ora, agora não adianta dizer assim para o Prefeito: *“Mas a sua captação deveria estar projetada e pronta para funcionar com 0% de Sobradinho.”* Porque, de fato, podemos fazer uma excursão ao longo dessa operação, do reservatório cheio até zero. Mas agora estamos na crise. Precisamos tentar resolver o problema da captação de Sento Sé, a cidade que está tendo... Estou citando Sento Sé, mas muitas outras que estão tendo esse impacto.

Então, observem que essa simulação do ONS, essa curva mais cheia — eu não vou nem me deter nas demais —, é a curva com Sobradinho, com 900 metros cúbicos por segundo.

O PMIL é uma legenda do setor elétrico que diz assim: na carga pesada, na carga média e na carga leve. A carga leve é de madrugada, a carga pesada... A nossa carga pesada, no Brasil, antes, era às 18h30min. Mas hoje o calor está tão forte que, muitas vezes, observamos que a carga pesada está acontecendo às 15h30min. No dia em que tivemos dificuldade do Operador Nacional do Sistema para fazer o controle de geração, no mês de janeiro, no dia 17 de janeiro, eram 15h30min e estava havendo um pico de consumo no País.



Então, são 900 meros cúbicos por segundo. Se nós formos para 900 metros cúbicos por segundo, nessa simulação a ONS está dizendo que chegamos ao fim do período seco com Sobradinho com 8,4%. Na reunião de hoje ele atualizou essa simulação, em função da evaporação que está acontecendo...

O reservatório de Sobradinho tem a seguinte característica: tem um espelho d'água muito grande. Ele tem 4.200 quilômetros quadrados e, para o padrão de reservatórios no mundo, ele é raso. Em média, tem 8,5m de profundidade. Isso faz com que haja muita evaporação, Deputado. Se diariamente saem 300 a 400 metros cúbicos de água do reservatório de Sobradinho, é muita água.

Então, ele atualizou... Ele está dizendo: "*Não é mais 8,4, é 7,3.*" Enfim, a mensagem de que precisamos é a de que necessitamos reduzir um pouco mais a saída de água do reservatório de Sobradinho.

O Projeto Nilo Coelho fica satisfeito com essa medida, porque a montante de Sobradinho está segurando mais água.

Recentemente nós tivemos uma audiência pública em Juazeiro. A Comissão de Agricultura do Senado realizou uma reunião lá em Petrolina em que se via o clamor de quem está situado a montante pedindo para segurar água no reservatório. Mas, indo para 900, uma vazão que nunca colocamos no rio, claro que os projetos da CODEVASF sofrerão impactos. Claro que o abastecimento humano vai exigir por parte da COMPESA, a empresa em Pernambuco, por parte dos serviços de abastecimento de água e esgoto dos Municípios, por parte da DESO, em Aracaju, por parte da CASAL, em Alagoas, adequações. Isso envolve custos e nem sempre essas empresas têm assim de pronto um orçamento destinado a isso. Então, essa ação emergencial precisa ser feita para que possamos vir para esse patamar de, se não for mais 8, 7; se não for 7, pelo menos chegarmos próximo àquele patamar de 5%, que atingimos durante o racionamento.

Esse quadro é interessante porque mostra o posicionamento do ano de 2015 nos 84 anos do São Francisco e, em especial, nos anos de existência de Sobradinho.

Sobradinho, desde 1979, tem esse grande reservatório. Em 31 de março de 2015, deste ano, o reservatório de Sobradinho estava com 18,9% de armazenamento. Ele acumulou um pouquinho mais. Como eu já falei, ele hoje está



com 21. Mas estava, em final de março, com 18,9. Em final de março de 2001, racionamento no País. Ele estava com 35%. Vocês lembram que em 1987 nós tivemos racionamento no Nordeste Houve racionamento de energia no Nordeste. Foi isolado. A região que sofreu foi o Nordeste porque atrasou a obra de Itaparica e tivemos um racionamento. É o terceiro lugar, 36. Mas observem que 2015 é o pior em termos de armazenamento, e a diferença do primeiro para o segundo e para o terceiro é o dobro.

Estamos vivendo, de fato, uma situação de excepcionalidade, e situação de excepcionalidade nós temos que tratar com ações emergenciais, com ações rápidas, com ações que visem à segurança hídrica de todos os rios. É isso o que nós estamos buscando fazer, cooperando com todas as entidades que dependem do Rio São Francisco.

O projeto de transposição do Rio São Francisco. Eu não vou trazer aqui um eslaide que mostra como é que está a capacidade. Vocês já tiveram inúmeras apresentações que mostram o projeto. Eu procurei apenas trazer um eslaide sobre o impacto energético.

Vejam: aqui está o reservatório de Sobradinho. O reservatório de Sobradinho é uma referência para se ter uma vazão maior ou menor do projeto. Essa é a operação do reservatório desde 1979. Vejam que nessa reta são os 94%. Nos últimos 15 anos — é aquela informação que está ali —, de 2001 a 2014, Sobradinho ficou acima de 94% do seu volume útil em apenas 5 anos, em 30% do tempo. De fato, nós estamos vivendo nos 15 anos uma hidrologia desfavorável, mas o São Francisco é cíclico, ora tem vazões elevadas, ora tem vazões reduzidas. Estamos vivendo um período de vazões reduzidas. Em apenas 5 anos — em 2004, em 2005, em 2006, em 2007 e em 2009 — nós tivemos uma favorabilidade e a vazão ficou acima de 94%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - É armazenamento. Eu falei vazão, está errado. É armazenamento. Esse aqui é armazenamento também. É de 18,9% o armazenamento de Sobradinho. Esse aqui é também o armazenamento de Sobradinho. Nós estamos falando de armazenamento. O armazenamento de Sobradinho ali está em 100%.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Ali é o seguinte: para cada ano nós botamos em azul o máximo e em amarelo o mínimo. Significa, por exemplo, que em 2014 o máximo de Sobradinho foi 58% e o mínimo foi 16%. É armazenamento. Deputado. Isso é armazenamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Não, mas aqui é o seguinte... Certo. Mas aqui é na posição em março do ano. Em março. E ali é o máximo e o mínimo do ano.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - O.k.? O que nos chamou atenção foi que em março desse ano nós estávamos numa situação muito crítica. Muito crítica.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Ainda não é o fim. O fim é agora em maio, mas já tivemos 75% do período chuvoso.

Agora é vazão. É de 26,4% a retirada de água em qualquer tempo, como o comentário feito pelo Dr. Machado. Ora, tirar, em qualquer tempo, 26,4 representa 64 megawatts médios. Se nós formos para uma situação em que o reservatório esteja em uma posição favorável, em um nível de armazenamento favorável, e tirarmos 127 metros cúbicos por segundo, isso representa 320 megawatts médios.

O que eu quero mostrar com esse eslaide é o seguinte: do ponto de vista energético, a retirada de água do projeto de integração não é significativa. Ora, eu tenho uma máquina na Usina de Paulo Afonso IV. Essa máquina tem 410 megawatts; eu tenho uma máquina na Usina de Xingó, a maior máquina do Nordeste, 500 megawatts. Só em Xingó eu tenho seis máquinas de 500. São 3.000 megawatts. Nós estamos implantando uma usina eólica agora — eu comentei, a Usina de Casa Nova —, com 180 megawatts. Quantas térmicas temos no Nordeste? A TERMOPERNAMBUCO tem 500 megawatts; a TERMOCEARÁ tem 400 megawatts. Uma máquina de Pecém tem 300 megawatts. Então, do ponto de vista energético, impacto... E foi por essa razão que a CHESF, ao longo de toda a discussão do projeto de integração, inclusive no âmbito do Comitê de Bacia... O



Comitê de Bacia do São Francisco sempre se opôs ao projeto. Aqueles que já tiveram oportunidade de conversar com o Comitê sabem.

Ora, um projeto que tem uma finalidade de abastecimento humano, dessedentação... Eu sou sertanejo, sou de Arcoverde, Pernambuco. Na minha infância eu via meus pais comprarem uma lata d'água para bebermos água. Então, fica difícil sermos favoráveis a um projeto dessa natureza e com esse impacto energético. É claro que outras ações deverão ser tomadas, como o Dr. Machado falou, no sentido de garantir que o projeto tenha, de fato, sustentabilidade, mas, do ponto de vista energético, esse é o retrato do projeto.

Então, senhores, eu concluo aqui a minha apresentação. Coloco-me à disposição para qualquer comentário adicional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Dr. João Henrique por sua exposição.

Passo a palavra ao Deputado Jony Marcos.

O SR. DEPUTADO JONY MARCOS - Cumprimento o Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Sr. José Machado e agradeço pela presença nesta tarde aqui.

Sr. João Henrique de Araújo Neto, eu sabia que o senhor era de Pernambuco porque a CHESF, empresa que explora o Rio São Francisco, tem a sua sede lá em Pernambuco. O senhor confirma isso?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - A sede da empresa é em Pernambuco, e nós temos no Nordeste seis regionais.

O SR. DEPUTADO JONY MARCOS - Seis regionais. Uma delas fica em Sergipe?

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Nós temos em Sergipe (*ininteligível*) sub-regional...

O SR. DEPUTADO JONY MARCOS - Sim.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Aracaju (*ininteligível*), que fica ligada à gerência regional sul, e a sede é em Salvador.

O SR. DEPUTADO JONY MARCOS - Eu quero cumprimentá-lo também, Sr. João, e dizer que eu solicitei ao Deputado Raimundo Gomes de Matos que eu pudesse participar desta Comissão que trata do Rio São Francisco, uma Comissão



Externa, representando o Estado de Sergipe, de cujo povo eu sou representante como Deputado Federal, meu primeiro mandato, justamente para que eu pudesse defender, entre outras bandeiras aqui em Brasília, o Rio São Francisco como um todo, desde a sua nascente até a foz, em Sergipe, mas principalmente cobrando da CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Minha fala será justamente para o senhor, para que nós possamos tomar providências em relação a isso, não é pessoal contra o senhor, mas eu tenho me preocupado muito com a situação do Rio São Francisco. E tenho focado a CHESF como a grande responsável pela manutenção do rio. Por quê? Porque a CHESF é quem explora o rio. A CHESF explora o rio em cada um dos represamentos que ela faz, em cada usina, em cada barragem que ela construiu. E o senhor hoje deu uma aula muito interessante em relação a isso. Suas palavras finais foram em relação à transposição, ao impacto energético que vai haver com a transposição de águas do Rio São Francisco. Segundo suas palavras, a retirada da água ou o desvio da água vai diminuir em 64 megawatts, pela tabela que apareceu ali. Só a Usina Hidrelétrica de Xingó produz 3 mil megawatts, ou pelo menos deveria produzir, porque são seis unidades, seis turbinas que estão instaladas ali, mas, pelo conhecimento que eu tenho, pelas visitas que faço lá na usina, todas as seis nunca estão em pleno funcionamento.

Parece-me que a matriz energética que nos dá maior resultado para a produção de energia é a hidroelétrica. Suas palavras finais foram que a energia eólica, a energia produzida a partir de outras fontes não têm a mesma capacidade de produção que a energia produzida pelas hidrelétricas. A Usina Hidrelétrica de Xingó, última usina do complexo CHESF, é a que mais produz energia, é a usina em funcionamento que, hoje, mais produz energia, só que nós não temos em Sergipe uma unidade da CHESF funcionando.

As pessoas que trabalham na CHESF nunca são indicadas por Sergipe. A sede fica lá em Pernambuco e me parece que as pessoas que trabalham lá em Pernambuco ficam um pouco alheias à situação da usina de Xingó, em Sergipe. Nós não temos a indicação de um sergipano, nós não temos a participação, não há uma estação da CHESF em Sergipe. Como V.Sa. disse, seria uma subestação que está subordinada a Salvador e nós não temos lá participação efetiva da Usina Hidrelétrica



de Xingó ou a indicação de alguém do Estado de Sergipe, sendo que a maior usina do complexo está em Sergipe.

Eu termino já, Deputado Raimundo Gomes de Matos, porque eu sei que o expediente não é para isso, e nós teremos outra oportunidade, eu acho até que para sabatar a CHESF para dela extrairmos respostas para as perguntas que nós temos.

Por exemplo, a CHESF passa por um momento difícil, como a ELETROBRAS também passa. Parece-me que as medidas que foram adotadas pela equipe econômica da Presidente Dilma, na sua gestão anterior, foram medidas erradas em relação à distribuição de energia de forma mais social, à tributação social da energia, que acabou redundando em um problema muito grande. Parece-me que a ELETROBRAS, hoje, está quebrada, a CHESF, descapitalizada para fazer novos investimentos.

Porém, a CHESF nem sempre andou assim. Houve momentos bons para a CHESF. Mas a contrapartida ambiental que a CHESF ofereceu durante esse tempo para a manutenção e a revitalização do Rio São Francisco não foi suficiente, pelos estudos que eu tenho feito em relação a isso. Por exemplo, o senhor disse que a CHESF tem em torno de 17 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia, inclusive, distribuindo energia para o Sudeste do Brasil. Mas eu não tenho conhecimento em Sergipe ou no Nordeste de investimento da CHESF em relação, por exemplo, a uma brigada de incêndio que pudesse combater as queimadas que prejudicam as linhas de transmissão. Em Sergipe não há. Eu desconheço a brigada de incêndio mantida pela CHESF para a manutenção das linhas de transmissão e também como contrapartida para os prejuízos ambientais que acontecem durante as queimadas.

Agora, em Paulo Afonso, existe uma equipe fazendo um reflorestamento ali da mata ciliar. Eu fui visitar essa pequena equipe que está fazendo esse reflorestamento, parece-me que estão plantando pinheiro para socorrer a mata ciliar que, com o tempo, foi se acabando e, na verdade, a mata ciliar precisaria ser composta e não repostada, porque, depois da barragem feita, o nível da água subiu e o que era mata ciliar foi encoberto pela água e não houve um trabalho da CHESF nas margens do que não era rio e agora é para ser colocada ali uma mata ciliar para



barrar a erosão que assoreia o rio, que está perdendo a possibilidade de navegação, como foi o caso que V.Sa. citou em relação à navegação de Pirapora até o Porto de Petrolina, que hoje não é mais navegável.

Eu anotei isso aqui e hoje percebo que não existe mais. Eu estive numa reunião da Bacia do Rio São Francisco no Comitê das Bacias, lá em Pirapora, e o rio já estava assoreado.

Então, quando nós procuramos as contrapartidas oferecidas pela CHESF para manutenção do rio, que é o maior patrimônio que a CHESF tem hoje e explora, porque nós partimos do pressuposto de que, morrendo o rio, a CHESF perde a sua maior matriz de produção de energia, porque a CHESF pode até hoje ter uma linha de produção de energia eólica, das usinas eólicas, mas a usina hidrelétrica é o que a CHESF explora e explora no Rio São Francisco desde a sua nascente até a foz.

A CHESF teria um projeto de construção de uma próxima usina, que seria em Pão de Açúcar, caso até 2016 as seis turbinas de Xingó estivessem em pleno funcionamento. E hoje nós não temos isso, porque o rio está secando, a preservação do rio está comprometida, e a contrapartida, ou seja, o investimento da CHESF em brigada de incêndio, em manutenção do rio, em desassoreamento do rio, em plantio de mata ciliar para que o rio possa sobreviver, no cuidado das nascentes que abastecem o Rio São Francisco, parece-me que estão muito acanhadas. E eu não vejo, pelo menos em Sergipe, a CHESF agindo dessa forma. Aliás, em Sergipe, onde está a usina que tem a maior produção da energia, a CHESF não tem nem uma estação.

O senhor disse que são seis gerências regionais. Lá em Sergipe não temos nem uma gerência regional. Nós não temos condições nem de protocolar pessoalmente uma reclamação em relação à forma como o rio está sendo tratado pela CHESF.

É importante a produção de energia? É. É importante o abastecimento das pessoas? Também é. É importante o trabalho da CHESF? É. Mas quanto a CHESF gasta e onde estão essas ações para a manutenção do rio, para a revitalização do rio, para que ele possa continuar sendo explorado pela CHESF e ter uma produção de energia que irá abastecer o nosso povo?



Em Sergipe as ações praticamente não existem. Ou existem de forma acanhada, o que não nos permite acompanhar e ver essas ações de manutenção do rio.

Para terminar a minha fala, na cidade de Brejo Grande, ao lado de Sergipe, em Piaçabuçu, na margem de Alagoas, o mar vem invadindo cada vez mais o Rio São Francisco, que está bastante assoreado ali na foz. Nós não vemos uma ação da CHESF ali. Não há. Aí V.Sa. pode dizer: *“Mas o rio está secando!”* No entanto, essas ações também não aconteciam quando o rio não estava secando, essas ações não estavam ali quando ainda havia tempo para desassorear o rio e para combater essa situação em que ele hoje se encontra.

A Usina de Xingó, que me parece ter sido a última, foi construída quando havia licenciamento ambiental. Mas não construíram escada para peixes. Não há piracema no Rio São Francisco lá em Sergipe. E os ribeirinhos que tiravam o seu sustento da pesca hoje são os grandes prejudicados pelo erro de se construir uma usina sem escada para peixes. A CHESF não fez tudo isso.

São essas as respostas que eu gostaria de ter em relação ao Rio São Francisco. Quero salientar que não sou opositor da CHESF, apenas busco respostas para as perguntas que fiz. Não sou contra a transposição, porque também sou de um Estado nordestino que sofre com a falta d'água. Mas, já que a CHESF vem auferindo lucro com a produção de energia, eu preciso saber o que ela tem feito para a manutenção do rio. O lucro da CHESF vem justamente da qualidade das águas do Rio São Francisco e do fato de ele ter um volume de água suficiente para a produção de energia elétrica.

Era essa a minha fala. Eu sei que este não é o expediente adequado, mas eu não poderia deixar de pontuar tais questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Com a palavra o Deputado Adail Carneiro.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Sr. Presidente, tomara que as cadeiras deste plenário que está abrigando esta Comissão tão importante não sejam tão disputadas quanto são as da CPI da PETROBRAS e da CCJ!



Depois de ouvir esses dois senhores, nós podemos perceber que estamos vivendo um momento que nos inspira a pedir muitas graças a Deus, para que nos mande água.

Imaginem que, daqui a pouco, o cidadão não terá mais água potável e não terá energia elétrica, porque os grupos geradores de energia, afora as hidrelétricas, ainda não são suficientes para atender toda a demanda do nosso País.

Há 16 Deputados Federais fazendo parte desta Comissão. Mas eu pude ver, pelas últimas reuniões, que apenas 25% a 30% dos Deputados dela têm participado. Eu mesmo me ausentei no momento em que o José Machado estava respondendo às indagações feitas e aos comentários tecidos aqui, porque tive que ir à Comissão da Crise Hídrica no Brasil, também outra Comissão de grande relevância. Mas certamente só vão dar maior importância a essas Comissões quando dificuldades estiverem sendo vivenciadas.

Como disse aqui o João Henrique na sua explanação sobre os reservatórios, a vazão dessa água será diminuída de 1.300 para 1.100 metros cúbicos por segundo, sendo que vão fazer uma redução gradativa para não causar prejuízo a ninguém. Para quê? Para que se mantenha pelo menos aquele nível mínimo nos reservatórios.

Eu pergunto: se não houver chuva suficiente para o acúmulo de água nesses reservatórios, como será feita a reserva dessa água que vem lá da sua fonte, que é no Estado de Minas Gerais? Como é que se vai abastecer toda a nossa Região Nordeste?

Portanto, diante de tudo o que ouvi aqui, eu quero acreditar que a coisa é muito mais problemática do que eu imaginava ser. Eu estou preocupado em como se dará o gerenciamento dessa água que será transposta através dos Estados até chegar a seu destino final, como foi explicado de maneira convincente.

O nosso João Henrique atendeu a tudo que era motivo de minha curiosidade. Mas hoje eu saio daqui com uma preocupação muito maior do que a que eu tinha antes de participar desta Comissão e antes de conhecer mais de perto como se dá, na verdade, a corrente dessas águas do São Francisco.

Registro o meu “muito obrigado” a todos os senhores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Com a palavra o Deputado Macedo

O SR. DEPUTADO MACEDO - Boa tarde, meu nobre Presidente. Boa tarde, Sr. João Henrique. Boa tarde, Sr. José Machado.

Sr. João Henrique, eu queria fazer aqui um exercício de raciocínio, considerando o ano de 2015 como o pior ano e levando em consideração o mês de março. Se observarmos aquela regra do setor energético de que o senhor falou — de que nós teríamos 1.300 metros cúbicos por segundo e de que hoje a tendência é ficar nos 900 metros cúbicos por segundo —, eu queria que o senhor esclarecesse se esse valor permite uma capacidade ótima de geração de todas as usinas, havendo, é claro, o aproveitamento de água de uma para a outra. Lembro que tudo está a jusante de Sobradinho, que, pelo que eu vi, é o nosso copo d'água, o nosso regulador de todo o sistema.

Existe a Usina de Três Marias lá em cima, que gera 1.500 megawatts; existe a Usina de Sobradinho, que gera 1.000 megawatts; e a jusante de Sobradinho, existe a Usina de Itaparica, agora Luiz Gonzaga, que gera 1.500 megawatts. Só que, entre as Usinas de Sobradinho e Itaparica, existem inúmeras unidades de captação de água para irrigação, projetos grandes como Maria Tereza e Tourão, que eu acho que captam entre 70 a 80 metros cúbicos por segundo. Petrolina e Juazeiro são iniciativas relativamente pequenas. E é preciso fazer gerar as máquinas de Itaparica.

Com relação ao São Francisco, que é o nosso projeto em pauta, 26 metros cúbicos por segundo não é nada quando se fala num projeto de irrigação como o Nilo Coelho, o Maria Tereza, o Salitrão, que tende a fazer uma enorme captação — quando da implantação do Projeto Salitre, falava-se em 8 mil hectares.

O São Francisco, nobre Presidente, é nada em relação à irrigação. Se levarmos em consideração que, com a cota de vazão mínima de 26 metros cúbicos por segundo, vamos poder abastecer 15 milhões de habitantes do nosso pobre Nordeste, veremos que é nada o que se tira desse rio, se comparado a um projeto de irrigação como o do Salitre, onde há bombas que captam 6 metros cúbicos por segundo, talvez com uma captação maior do que a do Eixo Leste ou alguma coisa desse tipo.



Então, eu queria fazer um exercício de raciocínio para saber se, sem contar com esses projetos de irrigação e a nossa captação de 26 metros cúbicos por segundo, que é a mínima que nos foi concedida, a CHESF tem condição de gerar os 1.500 megawatts plenos de Itaparica. Lá embaixo está Xingó e outras captações, até chegar a Aracaju, a terra do nosso Deputado Jony Marcos, que está bem preocupado — e de certa forma, com muita razão. Xingó gera 3 mil megawatts lá embaixo, sendo que as captações saem pelo Canal do Sertão, que abrange inúmeras cidades, inclusive de Alagoas, como Pão de Açúcar, e a bacia leiteira toda. Então, eu queria saber se a conta fecha nesses 900 metros cúbicos.

E no caso de termos um grande azar no ano que vem, um problema hídrico, é possível inaugurar o nosso projeto em 2016, garantir os nossos 26 metros cúbicos e manter o padrão de geração da CHESF, contando só com a base hídrica?

Era isso o que eu tinha falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Eu vou passar a palavra aos nossos palestrantes, até porque já está começando a Ordem do Dia. Mas antes eu quero dizer que, desde a Legislatura passada, nós buscávamos a formatação desta Comissão, em virtude da complexidade do assunto e da falta de um debate mais amplo principalmente com os Estados, visando ao fortalecimento do pacto federativo, o que nós sempre defendemos.

Observa-se que, para a população nordestina, será uma situação muito periclitante ver a obra de engenharia sendo tocada a todo vapor, mas todo o aparato de pactuação ainda caminhando a passos lentos, como disse o Deputado Adail Carneiro — e nós sabemos das preocupações do Deputado Jony Marcos.

A matéria-prima da CHESF é a água. É um ponto fundamental que a CHESF sempre lutasse pela preservação, pelo reflorestamento, pelas questões das nascentes. Mas há uma desassociação de iniciativas dentro das estruturas governamentais, onde um faz a obra e outro faz não sei o quê.

A CODEVASF tem uma missão complexa. Por quê? Porque, na hora em que a água chegar lá na Paraíba, chegar lá no Ceará e chegar lá no Rio Grande do Norte, vão dizer: *“Pronto, a água é sua. Daí para frente, você que se vire!”* Mas como vai ser?



Houve um palestrante que disse que uísque era para beber e água era para brigar. Eu estou quase concordando com ele (*risos*), porque vai ser uma briga danada quando essa água for disponibilizada. A que custo isso ocorrerá?

Nós precisamos já levantar todos esses pontos. Todos nós somos favoráveis e defensores do projeto, todos nós sabemos da realidade. Portanto, esta Comissão tem essa missão.

Ainda hoje no plenário, em virtude da manchete do *Jornal da Câmara*, perguntaram: “*Você está sendo contra a transposição?*” Não. Nós estamos é colaborando para que, quando concluídas as obras de engenharia, tudo isto esteja pactuado: as questões energéticas; as alternativas que existem; o custo; as questões dos recursos hídricos, da irrigação, da água para consumo humano.

Apesar dessa vida que levamos aqui no dia a dia, participando de várias Comissões, nós certamente, junto com a nossa consultoria, estamos dando espaço para que outros segmentos da Casa também se incorporem a esse trabalho.

Viu-se que era necessário criar a Comissão da Crise Hídrica no Brasil não somente pela transposição do Rio São Francisco, mas porque a Política Nacional de Recursos Hídricos, que foi aprovada, precisa ser operacionalizada dentro dessa pactuação.

Concluindo as minhas observações e já agradecendo a presença de todos, eu passo a palavra ao Dr. João Henrique, que tão bem fez a sua exposição. Também agradecemos a todos da CHESF por terem disponibilizado todo esse material para a Comissão.

Com a palavra o Dr. João Henrique.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Algumas colocações foram feitas pelo Deputado Jony Marcos e outras foram feitas pelos Deputados Adail Carneiro e Macedo. Para facilitar, eu posso até unificar a resposta às colocações dos Deputados Adail Carneiro e Macedo, que foram sobre a questão de a CHESF continuar fazendo a operação das suas usinas nessa realidade que estamos vivendo, de redução de vazão.

Quanto ao Deputado Jony Marcos, recentemente nos foi encaminhado um ofício em que são feitos alguns questionamentos relativos à Bacia do São Francisco.



Quero dizer, Deputado, que estamos preparando a resposta e vamos encaminhá-la por escrito ao senhor. Além disso, ficamos à sua disposição, caso julgue necessário, para que possamos aprofundar as questões levantadas no seu ofício encaminhado recentemente à CHESF, bem como algumas colocações que o senhor nos fez agora.

A CHESF é uma empresa brasileira, nordestina. Ela não pode ter uma caracterização de Estado, ela é uma empresa nordestina. Eu sou pernambucano e estou subordinado, na CHESF, a um diretor paraibano. Na nossa empresa também trabalham alagoanos e sergipanos.

Agora, eu não tenho cravado no coração o fato de que sou um pernambucano. Eu diria, até com o meu sotaque muito carregado, que eu tenho cravado que sou um nordestino. Eu me orgulho muito de ser um nordestino.

A operação que nós fazemos é transparente e regulada. Nós somos fiscalizados nessa operação. Então, não há nenhum procedimento ou alguma ação que venha em benefício de um Estado, de uma região ou de um Município. Na verdade, a operação que fazemos é a melhor para o Sistema Interligado Nacional. Esse é o nosso papel.

De fato, Deputado, a CHESF tem sua sede em Recife e algumas unidades descentralizadas, que nós chamamos de gerências regionais. A CHESF atua em todo o Nordeste e tem seis gerências regionais, uma das quais é em Recife. Isso significa que nem todo Estado tem uma gerência regional.

No Estado de Sergipe há uma divisão e algumas instalações, como a Subestação Jardim, que é de grande porte, com capacidade de 230 mil a 500 mil volts. Investimos recentemente na Linha de Transmissão Jardim-Penedo, que vai beneficiar muito aquela região de Carrapicho. Estamos construindo a Subestação Nossa Senhora do Socorro, que vai assegurar uma confiabilidade maior para a Capital do Estado, Aracaju.

Portanto, vamos ofertar fontes alternativas de suprimento para Aracaju pela Subestação Jardim, já existente, ou pela Subestação Nossa Senhora do Socorro, que está em construção. Pretendemos inaugurar a Subestação Nossa Senhora do Socorro ainda este ano — o senhor já se sinta convidado —, para que possamos aumentar a confiabilidade da nossa Capital.



A CHESF cumpre condicionantes. Todo licenciamento das usinas e dos ativos de transmissão sempre é acompanhado de condicionantes. As questões ambientais que foram citadas são atendidas na sua totalidade, até porque, se não forem atendidas, podemos ter cassada a nossa concessão.

O setor elétrico também contribui bastante com a compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na nossa Região do Nordeste, Canindé de São Francisco, lá em Sergipe, é o Município que tem a maior contribuição no que diz respeito à participação da compensação financeira.

Aliás, a compensação financeira sofreu uma redução nos últimos anos, fruto dessa questão hidrológica que eu comentei. A compensação financeira é proporcional à geração nas usinas hidrelétricas.

Deputado Macedo, como o senhor percebeu muito bem, nós estamos de fato reduzindo a geração das hidrelétricas. E na medida em que reduzimos essa geração, a compensação financeira também é reduzida. Mas são montantes ainda vultosos: no ano de 2014, só na Bacia do São Francisco, houve uma contribuição de 150 milhões de reais; e em determinados anos, essa compensação já chegou a 250 milhões de reais. Esses são valores que estão no *site* da Agência Nacional de Energia Elétrica, são públicos.

Deputado Jony Marcos, nós também nos colocamos a sua disposição para, sempre que necessário, debater esse tema.

Deputado Macedo, nós não operamos a Usina de Xingó com as seis unidades geradoras em pleno funcionamento, e acredito que nunca vamos fazê-lo. Como o senhor demonstrou curiosidade em verificar isso, eu informo que normalmente funcionamos com três ou quatro unidades. Nós não operamos com menos de três unidades e nem com seis unidades. Por quê? Tudo isso tem a ver também com a operação coordenada que fazemos na Bacia do São Francisco.

Quando eu solto 1.100 metros cúbicos por segundo na Bacia do São Francisco, não estou utilizando toda a capacidade de geração que essas usinas possuem, mas apenas uma parte. Como cada máquina de Xingó tem uma capacidade de 350 a 500 metros cúbicos por segundo, com três máquinas eu consigo os 1.100 metros cúbicos por segundo que solto hoje.



Nós não operamos com as seis máquinas até por regime de segurança, para não concentrar tudo numa só usina. Imagine se houver perturbação, não de natureza energética, mas de natureza elétrica, e saírem 6 mil megawatts com as seis máquinas de Xingó, dos 8 mil megawatts que nós temos no Nordeste, que é o valor médio para a Região. Isso seria uma perturbação. Então, sempre há uma folga, até porque unidades ficam paradas para manutenção.

Essa operação é feita de forma coordenada. É uma operação complexa. O setor elétrico é, de fato, complexo. E talvez a comunicação do setor seja ainda deficiente, mas está melhorando. Eu acho que essa proximidade que nós estamos tendo com a sociedade nos últimos tempos, em função de todas essas questões que vêm sendo discutidas — a exemplo deste debate que estamos tendo aqui hoje —, contribui para o esclarecimento.

Deputado Jony Marcos, a CHESF passa de fato por uma situação financeira difícil: no ano de 2014 a CHESF deu prejuízo, não deu lucro. A empresa já deu lucro no passado, mas no ano de 2014 ela teve um prejuízo de pouco mais de 1 milhão de reais. Isso é fruto principalmente da medida provisória e da lei.

Em determinado momento, nós tínhamos contratos de energia valorados a 100 reais o megawatt/hora. Esse valor de 100 reais o megawatt/hora era como se nós estivéssemos embutindo no preço da energia o valor do investimento e os custos de operação e manutenção, compondo a tarifa para venda de energia.

A CHESF possui suas usinas amortecidas ao longo do tempo. Nós tivemos a satisfação de comemorar recentemente os 60 anos da Usina Paulo Afonso I. É uma usina já amortecida, completamente depreciada. Isso fez com que, em vez de vendermos a energia da usina por 100 reais o megawatt/hora, nós vendêssemos por 30 reais o megawatt/hora.

Eu sou funcionário da CHESF há mais de 30 anos, sendo que há 18 anos ocupo, com muita honra, esse cargo de Superintendente — não sou o Superintendente mais velho (*riso*), sou o mais antigo. Como empregado da CHESF, eu gostaria que ela ainda tivesse aquela pujança financeira que teve ao longo dos tempos, mas como membro da sociedade e consumidor, eu vejo que trouxe um benefício a redução na tarifa de energia naquele momento.



Evidentemente, se nós formos discutir isso, outras questões nos últimos tempos fizeram com que houvesse a elevação da tarifa de energia e dos encargos. Durante a nossa apresentação, por exemplo, nós comentamos que estamos operando as térmicas num volume bem mais acentuado do que operávamos no passado.

E aí, Deputado, eu tenho a lhe dizer o seguinte: eu visualizo que a operação dos reservatórios, a operação da Bacia do São Francisco vai ser cada vez mais — e no futuro vai ser assim — de natureza hídrica do que de natureza energética. Vai haver um determinado momento em que nós estaremos soltando uma defluência no Rio São Francisco não para geração de energia, porque outras fontes serão instaladas e farão o atendimento ao consumo.

Veja: há 2 anos a energia eólica no Nordeste era insignificante. Sabe quanto nós temos já instalado na Região Nordeste, no Estado do Ceará, no Estado do Rio Grande do Norte? Nós estamos com quase 6 mil megawatts instalados no Nordeste. Em 2018, o senhor sabe quanto vamos ter de geração de energia eólica instalada na Região Nordeste? Mais do que os 10.600 megawatts de capacidade de geração da CHESF. Portanto, em 2018 nós vamos ter mais do que os 10.600 megawatts que eu apresentei aqui como sendo a nossa capacidade de geração.

Por isso eu digo — e aí respondendo também ao Deputado Adail Carneiro e ao Deputado Macedo —, diante dessa conjuntura tão crítica, que é preciso ter planos para não se chegar a uma situação como essa. É preciso ter planos. O setor energético tem que ter planos, e as coisas têm que acontecer. Por exemplo, agora estamos enfrentando uma trilogia bastante crítica de chuvas, mas não foi decretado o racionamento e o atendimento está sendo feito normalmente.

Portanto, outras fontes de energia vão ser incorporadas. A energia eólica já é uma realidade. A energia solar também vai ser extremamente importante daqui a alguns anos. E o nosso Nordeste, Deputado Jony Marcos, com certeza vai ser uma fonte significativa de energia solar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vamos fazer um revezamento, pois está se iniciando votação nominal.



Já agradeço ao Dr. João Henrique pelas suas exposições e também pelo diálogo com nosso Deputado Jony Marcos, que certamente também terá um diálogo mais frequente com a CHESF.

Passo a palavra ao nosso Dr. José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO - Eu queria agradecer a oportunidade de a CODEVASF ter podido apresentar aqui hoje o seu projeto, o seu plano para exercer a atividade que lhe foi delegada para a operação do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco.

Sem me alongar mais, até porque os Deputados têm votação nominal no Plenário, eu queria apenas exortar esta Comissão a continuar aprofundando este debate. Realmente os desafios são muito grandes, e nós vamos precisar muito do Congresso Nacional, da parceria com o Congresso Nacional.

Nós nos colocamos à disposição na empresa. Se quiserem, venham nos visitar, tomar um café conosco e trocar ideias sobre os temas aqui trazidos.

Quero dizer também que a exposição do Dr. João Henrique foi muito elucidativa e mostrou que nós estamos diante de um desafio muito grande do ponto de vista dos usos múltiplos da água. Há uma crise hídrica sem precedentes na história brasileira, o que requer, mais do que nunca, a aplicação disciplinada e radical da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Eu queria dizer, Deputado Raimundo Gomes de Matos, que pertenci a esta Casa e votei a Lei nº 9.433, de 1997. Portanto, eu fui um dos que ajudou a aprovar a Política Nacional de Recursos Hídricos e acho que ela é uma das leis mais importantes do País, que hoje está mostrando o quanto é necessária, o quanto é importante.

A crise pegou muitas áreas desprevenidas, no contrapé, exatamente porque não apostaram muito na gestão de recursos hídricos. Eu vi o senhor dizer, no início da sua fala, que nós não podemos achar que o Projeto de Integração das Bacias do São Francisco vai resolver todos os nossos problemas. O Nordeste, por exemplo, precisa de uma política permanente para a seca, não só de uma política emergencial. Nós precisamos ter uma visão proativa, o que estamos começando a construir juntamente com Agência Nacional de Águas, com a Fundação Cearense



de Meteorologia e Recursos Hídricos — FUNCEME. Há vários órgãos hoje procurando elaborar uma proposta de política permanente para a seca.

O dia em que esta Comissão quiser debater essa política, nós nos colocamos à disposição — não a CODEVASF propriamente, porque não é ela que lidera isso — para colaborar no sentido de encaminhar esse debate, que acho que vem se integrar à preocupação desta Comissão Externa.

No mais, eu queria agradecer aos Srs. Deputados pela atenção e dizer que foi um prazer voltar a esta Casa. *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos agradecer aos dois palestrantes, cujas contribuições serão valiosíssimas para esta Comissão. Com certeza, aceitamos os convites para um dia irmos lá.

Encontram-se à disposição dos Parlamentares as atas das 7ª e 8ª Reuniões Ordinárias. Indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO MACEDO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O Deputado Macedo solicita dispensa da leitura das atas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas das reuniões anteriores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 5 de maio, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 15, para tratar sobre a parte de saneamento, ocasião em que iremos ouvir o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, e também o Presidente da FUNASA.

Aproveito para informar a realização de seminário no dia 8 de maio, no Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais, objeto de requerimento apresentado pela Deputada Raquel Muniz, com o seguinte tema: *Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas.*

Informo também a realização de seminário no dia 29 de maio, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, objeto de requerimento apresentado pelo Deputado Beto Rosado, com o seguinte tema: *Integração das Bacias Hidrográficas*



do Nordeste Setentrional (ênfase no Eixo Norte) com a Transposição do Rio São Francisco.

Solicito aos Parlamentares que confirmem a presença no seminário em Pirapora no mais breve espaço de tempo possível, a fim de que nós possamos nos articular e informar sobre os retornos para o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte.

A Secretária Mirna vai manter os Parlamentares em contato sobre o roteiro dessa viagem a Pirapora.

Agradeço a participação de todos.

Está encerrada a presente reunião.